

será estendido a seus familiares, desde que comprovem um rendimento fixo, de forma a se manterem no país europeu, o que está ficando cada vez mais caro. O aluguel de um simples apartamento de um quarto em Lisboa não sai por menos de 800 euros (cerca de R\$ 4,5 mil). “Aluguel é hoje o maior problema para os brasileiros que vivem em Portugal”, diz a presidente da Casa do Brasil em Lisboa, Cyntia de Paula.

Com a flexibilização nas leis, interessados em trabalhar em Portugal poderão requerer vistos especiais diretamente nas embaixadas e nos consulados portugueses no Brasil. Hoje, esse processo é extremamente burocrático e demorado, pois é feito por meio do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), órgão que perdeu centenas de funcionários nos últimos anos e tem mais de 160 mil processos em análise. É importante ressaltar, segundo Patrícia Lemos, especialista em realocação no mercado português, que aqueles que já estão em Portugal não terão acesso aos novos vistos. As autorizações para a procura por emprego são bem diferentes dos vistos de turistas.

As facilidades trazidas pelas mudanças na lei de imigração de Portugal vêm, no entanto, acompanhadas de certas exigências, alerta o advogado Renato Martins, CEO da Martins Castro. Além da obrigatoriedade das passagens de ida e volta, os interessados em usufruir dos benefícios oferecidos pelo governo português terão de comprovar recursos financeiros para se sustentarem ao longo dos 180 dias de vigência da autorização especial e apresentar o local onde residirão, seguro de viagem ou documento emitido pela Previdência Social do Brasil, o PB4, que garante atendimento no sistema público de saúde lusitano,



Renato Martins, advogado e CEO da Martins Castro

e o passaporte válido. Não serão aceitas pessoas com condenação pela Justiça a mais de três anos de prisão.

Segurança

Segundo a ministra de Assuntos Parlamentares de Portugal, Ana Catarina Mendonça Mendes, a meta é atrair mão de obra para dinamizar a economia do país, que recuou 0,2% no segundo trimestre deste ano ante os três meses anteriores e sofre com o rápido processo de envelhecimento da população. Não haverá, contudo, uma farra de vistos, como é vendido por meio de redes sociais e por aqueles que oferecem facilidades, mas são especialistas em dar golpes. “Todo cuidado é pouco na hora de se programar para trabalhar em viver em outro país”, afirma a advogada Joana Nunes, especialista em migração. “Tudo deve ser planejado para que nada dê errado”, acrescenta.

Mestre em direito e especialista em migração da Martins Castro, Michelle Passos da Silva ressalta que os novos vistos são uma segurança para os trabalhadores

que desejam se recolocar no mercado português. “Quando encontrarem as vagas e forem contratadas, as pessoas não ficarão desamparadas, pois terão contratos formais com as empresas empregadoras, seguindo as mesmas regras vigentes para os portugueses”, explica. Isso quer dizer que todas terão de contribuir com o Sistema de Segurança Social e serão taxadas pela Receita Federal. “Ninguém poderá receber menos do que o salário mínimo português, atualmente de 705 euros (R\$ 3,7 mil)”, emenda.

Aqueles que forem contratados para além do total dos 180 dias previstos pelos novos vistos poderão continuar em Portugal, com direito a pedirem residência no país, afirma Renato Martins. Depois de cinco anos, sempre com comprovação de emprego, haverá a opção de se obter a cidadania portuguesa. Para o advogado, isso é uma grande vantagem, porque não só dará uma estabilidade maior aos trabalhadores, como permitirá que eles transitem livremente pelos países da União Europeia como turistas e, quem sabe, em novos empregos.

O advogado assinala ainda que, apesar de não terem direito aos novos vistos, os brasileiros que estão em Portugal e entraram no país como turistas, mas conseguiram um trabalho formal, poderão recorrer ao governo para se legalizarem. Há um instrumento previsto em lei denominado manifestação de interesse. Por meio dele, os interessados podem residir em território luso. O problema é que o resultado do pedido está demorando mais de dois anos para sair, deixando muita gente ansiosa. A boa notícia é que, enquanto o processo estiver correndo, os estrangeiros podem continuar trabalhando sem o risco de serem deportados.

Chances

Oportunidades de trabalho não faltam em Portugal. Há vagas em setores que não exigem tanta qualificação, como comércio, serviços de limpeza, turismo e construção civil, e naqueles em que há necessidade de uma formação mais sólida, como enfermagem e medicina. Os hospitais públicos de Portugal, por sinal, estão à beira do colapso por falta de mão de obra especializada. Há que se ressaltar, porém, que, nesses ramos, é preciso validar os diplomas, o que exige muita paciência para superar a burocracia e os entraves impostos pelas corporações.

Independentemente das dificuldades, Patrícia Lemos, especialista em realocação no mercado português, afirma que os brasileiros têm interesse enorme por trabalharem em Portugal. Ressalva, no entanto, que boa parte deles acredita que é só comprar as passagens aéreas, colocar 200 euros (R\$ 1.100) no bolso, entrar no avião e uma nova vida começará. “Não é assim. Muita gente acredita que, por se falar português em Portugal, tudo é mais fácil,

que estamos falando do 27º estado brasileiro. Na verdade, é outro país, com regras bem diferentes das brasileiras, em que o custo de vida é em euros”, frisa.

A mesma ressalva é feita pela presidente da Casa do Brasil em Lisboa, Cyntia de Paula. Portugal sofre com uma inflação altíssima, próxima de 10% ao ano. Os juros também apontam para cima. Hoje, é possível encontrar milhares de trabalhadores estrangeiros, especialmente brasileiros, vivendo em condições sub-humanas. Como não ganham o suficiente para ter moradias dignas, alugam espaço em camas para dormir. Ou seja, quem trabalha de dia, paga para dormir à noite. E vice-versa. É comum também ver estrangeiros mendigando pelas ruas, sem condições de retornarem aos países de origem. “Por isso, o vínculo empregatício formal é importante”, afirma Michelle Passos da Silva, da Martins Castro.

Segundo a ministra Ana Catarina Mendonça Mendes, de Assuntos Parlamentares, a nova lei dará mais dignidade aos estrangeiros que trabalharem em Portugal, pois todos ficarão em condição regular. Mas, como tem destacado ela, haverá uma intensa fiscalização por parte do Estado, a fim de evitar abusos ou distorções nos contratos de trabalho. Isso foi muito enfatizado por parlamentares aliados do governo durante a votação dos novos vistos. Eles temem um regime trabalhista frouxo. Outra preocupação é de que os novos trabalhadores estrangeiros sejam vítimas de xenofobia, crime que está em alta no país. “A nova lei passa por três fundamentos: acolher e cuidar bem dos que chegam em Portugal, garantir mais agilidade na concessão de vistos e incentivar a dinamização da economia portuguesa”, diz ela.

***Estagiário sob a supervisão de Vicente Nunes**